

PRATICANDO ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE

Saete Cecília de Souza

Vanessa de Andrade Manoel

Resumo: O presente trabalho teve como objeto de estudo relatar as ações resultantes dos serviços informacionais oferecidos aos usuários com deficiência visual por uma biblioteca universitária (BU) de uma Instituição de Ensino Superior (IES), sua parceria com o programa voltado para acessibilidade e a sua influencia positiva no gerenciamento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno cego e com visão subnormal. Utilizou-se para contextualização a pesquisa bibliográfica como suporte para a formação do referencial teórico e sustentação ao fenômeno estudado. As principais temáticas abordadas são: conceituação da deficiência visual; entendimento de inclusão e acessibilidade; estrutura das bibliotecas universitárias; ensino superior. O ambiente do presente relato é a Biblioteca Universitária da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus da Grande Florianópolis e o Programa de Promoção de Acessibilidade (PPA). Como principal resultado tem-se uma Biblioteca com condições mínimas para oferecer efetivo acesso à informação aos usuários associado ao suporte pedagógico e de humanização acadêmica necessária ao aluno cego e com visão subnormal na vida Universitária.

Palavra-chave: Biblioteca universitária; Acessibilidade – Deficiente visual; Acessibilidade – Usuário cego e com visão subnormal; Biblioteca universitária – Serviços; Aprendizagem – deficiente visual.

1 INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem na educação superior, em particular, se faz amparada por meio das práticas pedagógicas e no acesso a informação tendo como um dos principais resultados a produção do conhecimento. As bibliografias básicas e complementares que dão o aporte teórico para os cursos de graduação bem como as bibliotecas universitárias (BU) que se estruturam para prover fontes e serviços de informação são comumente construídas na sua maioria, por publicações impressas em papel - suporte livro, para alunos considerados “normais”, aqui categorizados como alunos videntes.

Para as pessoas com cegueira e visão subnormal a efetivação; o ato da leitura; se dá no acesso às fontes de informação utilizando a escrita braille, “livro falado” e os sistemas leitores de documentos eletrônicos desenvolvidos para as pessoas que tem acesso às tecnologias de comunicação e informação (TIC). Estes suportes tangíveis e intangíveis ainda não estão fortemente presentes tanto no planejamento de estruturação da maioria das BU brasileiras como, quando na identificação das demandas instaladas nas IES, colocando em risco o que a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, Paris, 9 de outubro de 1998, um dos tratados internacionais mais importantes neste campo de atuação nos orienta em seu artigo 3º:

Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e lingüísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998).

No âmbito Nacional, a Lei Federal nº 10.098 19/12/2000, Portarias do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), nº 1.679 02/12/1999 e 3.284 de 07/11/2003 (BRASIL, 2003, 2004a, 2004b) ratificam no ensino superior brasileiro a acessibilidade necessária para o exercício pleno à “pessoas portadoras de necessidades educativas específicas”, termo destinado pelo MEC para identificação de pessoas que precisam receber uma educação diferenciada em virtude de sua condição de portador de deficiência auditiva, visual, mental, múltipla, física e portadores de altas habilidades (superdotado) e portadores de condutas típicas (portador de problemas de conduta). Apesar dos tratados internacionais e a legislação

nacional, tal observância ainda é prematura no cenário da educação superior brasileira.

Na tentativa de diminuir a lacuna no campo da educação, da informação e o deficiente visual, este relato vem apresentar a sociedade que é possível se aplicar à acessibilidade equalizando o acesso à educação do ensino superior para o deficiente visual.

1.1 Plano conceitual

Para que haja um maior entendimento do cenário trabalhado, apresenta-se um conceito dos principais sujeitos, processos e espaços envolvidos neste estudo.

Cabe definir primeiramente o que é a cegueira. O Ministério da Educação e Desportos utiliza as definições trabalhadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

[...] cegueira é a redução da acuidade visual central desde cegueira total (nenhuma percepção de luz) até a acuidade visual menor que 20/400P (ou seja, 0,05) em um ou ambos os olhos, ou redução do campo visual limite inferior a 10°. Para visão subnormal ou visão reduzida a OMS define como acuidade visual central maior que 20/400 até 20/70 (ou seja 0,3). (BRASIL, 1995, p. 17).

A Fundação Dorina Nowill para Cegos (2004), instituição que tem o mesmo foco de atuação, conceitua cegueira “como a ausência total de visão até a perda da capacidade de indicar projeção de luz, utilizando o sistema Braille como principal recurso para leitura e escrita.” Esta mesma instituição define visão subnormal como “a condição de visão que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado.” (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2004).

Ainscow (2006) professor inglês, especialista em educação especial conceitua a inclusão como:

[...] um processo em três níveis: o primeiro é a presença, o que significa, estar na escola. Mas não é suficiente o aluno estar na escola, ele precisa participar. O segundo, portanto, é a participação. O aluno pode estar presente, mas não necessariamente participando. É preciso, então, dar condições para que o aluno realmente participe das atividades escolares.

O terceiro é a aquisição de conhecimentos - o aluno pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo. Portanto, inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades.

Acessibilidade é passo inicial para que a inclusão aconteça. Para Torres, Mazzoni e Alves (2002) acessibilidade representa um processo dinâmico ligado não somente ao desenvolvimento tecnológico e sim o foco ao desenvolvimento da sociedade. Seus estágios distintos divergem de uma sociedade para outra, manifestando-se conforme a atenção dispensada à diversidade humana, por essa sociedade e seu período temporal. A legislação nacional, especificamente a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, expressando em seu Art. 2º a definição de acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Sasaki (2004) aponta seus seis campos de abrangência da acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Dentre estas categorias, prioriza-se aqui a acessibilidade comunicacional por voltar-se a questões diretamente ligadas ao processo de busca e disseminação da informação quanto a: comunicação inter-pessoal (face-a-face, língua de sinais); comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc.) incluindo textos em Braille, uso de computadores portáteis como também o campo da virtualidade, a acessibilidade digital. Neste último item, a virtualidade, tem-se como exemplo de ação as recomendações da WC3 (*Content Accessibility Guidelines 1.0*) (2004) versão já adaptada para a língua portuguesa. O documento estabelece requisitos de como tornar o conteúdo *web* acessível a pessoas com deficiências. Destina-se a todos os criadores de conteúdo *web* (autores de páginas e projetistas de sites) e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdo.

A unidade de informação “Biblioteca Universitária” delinea seu foco a partir da universidade ou do estabelecimento de ensino superior a que está ligada. Suas coleções são especializadas e voltadas para as disciplinas científicas e técnicas dos cursos oferecidos. A biblioteca, local estrutural deste contexto, deve ser vista como um dos espaços integrados de ensino, de aprendizagem em todas as órbitas da educação. O discurso e a ação inclusiva devem permear seus espaços e serviços. Pupo e Vincentini (1998) nos alertam que a biblioteca tem sua função social no sentido de contribuir para que, minimamente, os imperativos legais por meio de leis e normas em defesa a dignidade do deficiente se estabeleçam. Mazzoni e outros (2001, p. 29) ao refletirem sobre acessibilidade e BU salientam que: “os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo.”

O fechamento de apresentação do cenário em estudo se dá não com conceito acadêmico ou científico e sim, com a designação que a Declaração de Salamanca (2003) transmite as organizações responsáveis pelo do ensino superior: as universidades. Dentre os seus variados papéis frente a educação está o de ser majoritário no sentido de ser conselheiro nos processos de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que tange à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. Ainda reforça a necessidade de promoção de redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

2 A PRÁTICA DA ACESSIBILIDADE NO MEIO UNIVERSITÁRIO

A Biblioteca Universitária da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) é uma instituição de ensino superior instituída pelo poder público municipal. Em 1964 com o “status” de fundação pública de caráter comunitário e regional privado é instituída a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). Em 1989 a fundação educacional é reconhecida pelos órgãos de credenciamento e passa a ser uma universidade. Desde sua origem até a presente data, seu princípio maior é oferecer seu produto: o ensino a toda comunidade catarinense, bem como a nacional e internacional por meio dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. A educação à distância (EAD) também é uma realidade na Unisul, sendo desenvolvida e praticada desde o ano de 1998,

disponibilizando cursos de graduação, extensão e pós-graduação, relacionados aos cursos presenciais oferecidos pela Universidade.

Em 2001 a Biblioteca Universitária da Unisul, Campus da Grande Florianópolis, recebeu os dois primeiros alunos cegos, calouros de dois cursos de graduação para dar atendimento às necessidades informacionais. A primeira iniciativa foi à realização de um diagnóstico institucional com o objetivo de avaliar as condições iniciais para garantir a acessibilidade dos mesmos à luz da legislação federal, especificamente a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2003). Esta prévia análise resultou em um conjunto de ações, ocasionando a ampliação e compreensão, *a priori*, dos conceitos culturais desta instituição de ensino superior (IES) se traduzindo, assim, em ações de abrangência acadêmica e administrativa que foram desde reuniões com docentes e corpo técnico-administrativo; pesquisas e firmamento de convênios com organizações especializadas; formação de um diagnóstico da IES; estruturação da BU mediante a demanda instalada à formação de um programa institucional contemplando a acessibilidade no final do ano de 2003.

São duas as “frentes” que atuam em conjunto para que a acessibilidade comunicacional e atitudinal sejam aplicadas no espaço universitário: serviço de informação ao usuário e o programa de promoção de acessibilidade, descritos a seguir.

2.1 Serviço de atendimento as necessidades informacionais

Serviço executado pela Biblioteca Universitária. Prover informação, este é o objetivo fim de toda unidade de informação. Neste serviço especificamente há requisitos mínimos a serem aplicados quando identificado um novo usuário é identificado na IES seguindo os passos: verificação do tipo da deficiência; curso; quais recursos que utiliza para a leitura; identificação do nível de conhecimentos das tecnologias assistivas.

Estas quatro principais atividades requerem inicialmente todo o entendimento e aplicação da acessibilidade atitudinal. O serviço dispõe de um monitor para cada dois usuários. Entre estes dois atores; monitor e usuário; é fundamental que haja um nível mínimo de interação onde são aplicadas as técnicas de atendimento específicas para esta categoria de usuário. O profissional que atua com a pessoa cega deve estar consciente que a comunicação passa pelo tátil, pelo toque, há a atividade de condução

física, é a efetivação da acessibilidade atitudinal. Como auxílio, há um documento preparado pela comunidade cega orientando as formas de condução e comunicação com a pessoa cega.

Aliado a interação entre “os atores”, a execução do planejamento do preparo de conversão para os formatos legíveis das bibliografias básicas e complementares para o usuário efetivando a acessibilidade comunicacional quando aluno/usuário tem acesso às fontes de informação no tempo hábil necessário para os seus estudos acadêmicos. Este tem sido o foco deste serviço.

2.2 Programa de promoção de acessibilidade (ppa)

As atividades do PPA voltadas para o aluno cego e com visão subnormal são realizadas em conjunto com a Biblioteca. Cabe ao PPA fundamentalmente divulgar a cultura da acessibilidade universal em todas as estâncias da universidade. Tarefa desafiadora onde esta semente vem sendo plantada em pequenas porções.

No âmbito organizacional as ações estão voltadas na integração do Programa em projetos; manutenção e ampliação das parcerias com organizações afins; participação em congressos e eventos.

Nas atividades da vida acadêmica, o foco permanece no aluno onde as ações são voltadas para o seu pleno atendimento. Como principais atividades podemos destacar: recebimento do aluno no Campus; produção do mapa tátil do campus; pesquisa com os monitores (BU/PPA) na produção de materiais de apoio (biscuit); oferecimento de interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); auxílio nas questões de administração acadêmicas; capacitação dos monitores quanto à acessibilidade atitudinal e arquitetônica; aulas sobre orientação e mobilidades; capacitação de docentes e corpo técnico/ administrativo. Estas ações implicam diretamente na vida diária do aluno no ambiente universitário, principalmente no tocante ao que chamamos de “assegurar as condições mínimas” ao aluno.

O trabalho de conscientização do docente ainda tem sido um dos pontos de restrição para que a acessibilidade comunicacional aconteça. Bridi Filho (2004, p.6) nos reforça sobre a questão real de “sensação expectativa” enquanto uma forte sensação pelo aluno:

[...] docência é sempre uma relação entre dois seres que interagem com uma expectativa comum - de um lado a do ensinante de realizar a

ensinagem de forma exitosa, de outro, o aprendente, de fazer uma construção a partir das expectativas de quem o ensina.

Para este aluno, os movimentos do professor são expressivos; vão desde a comunicação e interação em sala de aula; o não cumprimento do prévio planejamento quanto à seleção e entrega das bibliografias; fornecimento de textos; seleção e a aplicação da melhor didática.

O Coordenador de curso também é uma figura vital em todos os processos educacionais que envolvam o aluno; todavia, sua interação com a BU deve ser algo imprescindível, haja vista que ele é o principal conhecedor do Projeto Político Pedagógico (PPP) e das bibliografias. Ele é o mediador entre docentes e assessores pedagógicos, figuras estas que também devem estar envolvidas no processo.

Estes movimentos quando bem ajustados e somado ao trabalho do PPA e da Biblioteca se transformam no atendimento e ambiente ideal para o aprendizado do aluno cego e com visão subnormal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos voltados para a acessibilidade na Universidade do Sul de Santa Catarina iniciaram com dois alunos. Atualmente a BU e o PPA atendem nove alunos no ensino presencial com cegueira e baixa visão em variados cursos de graduação, sem considerar os cinco alunos com surdez que utilizam a interprete de LIBRAS. Deste total, dois alunos já obtiveram o grau de bacharéis em Jornalismo e Psicologia. De acordo com relato de alunos, a sua “seguridade” está em poder focar sua “energia” totalmente nas suas atividades de ensino e não na busca dos recursos, pratica que ocorria durante os estudos do ensino fundamental e médio sem estrutura mínima de ensino.

Podemos considerar que o processo de acessibilidade, dar acesso é o passo necessário para que a inclusão aconteça. No meio universitário, seja na Biblioteca, Sala de aula, Secretaria de Ensino, o conjunto por um todo deve estar acessível para que a vida acadêmica, a aprendizagem e a interação efetivamente aconteçam. Além da conscientização, um dos passos para que a acessibilidade altere seu status de “diferencial” e passe a ser considerada “uma normalidade”, um dos requisitos necessários está na profissionalização dos profissionais atuantes, neste caso, os profissionais que atuam em todos os segmentos do Ensino superior, desde a área

administrativa ao docente, um dos atores mais importantes no processo de ensino-aprendizagem.

Finalizando, podemos afirmar que a parceria é um dos melhores meios de desenvolver este tipo de iniciativa institucional, ela nos oportuniza um momento de pensar coletivamente onde foram trabalhados exaustivamente novos processos e a reavaliação de processos técnicos, tais como: conversão, as lacunas na logística de entrega das impressões braille, os fluxos de cada sub-processo, o gerenciamento do espaço físico, as capacitações. A temática “sócio-interação com a pessoa cega e com visão subnormal” são questões comportamentais de todos os sujeitos deste processo. Resistências, protecionismos, o ser apoio ou não, isto é, ser os olhos de um indivíduo com cegueira no espaço acadêmico foram e continuam sendo alvo de excelentes discussões do grupo que pesquisa a acessibilidade na IES.

Sob o olhar da Biblioteconomia, pode-se afirmar que as práticas acima são a realização de um aprofundado estudo de usuário, pouco praticado nas bibliotecas universitárias. A partir do ano de 2005 a Unisul Virtual – o Campus responsável pela gestão da modalidade do ensino a distância (EAD) criou um Núcleo de Acessibilidade Virtual tendo como uma de suas atividades a preparação dos recursos didáticos com adaptação em relevo necessários para atendimento. Hoje o Núcleo de Acessibilidade Virtual atende a demanda de seis alunos cegos localizados em diferentes pólos no Brasil. O número acima não inclui o aluno surdo e o aluno cadeirante.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Processo de inclusão é um processo de aprendizado.**

Entrevista concedida ao Centro de Referência em Educação Mario

Covas. Disponível em: <

<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=17811>>. Acesso em: 02 abr. 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>>. Acesso em: 10 nov. 2003.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de

deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em:

<<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>. Acesso em: 21 jan. 2004a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em:

<<http://www2.fiemg.com.br/ead/pne/leis/1679.PDF>>. Acesso em: 19 jan. 2004b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Projeto Nordeste. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços e de educação especial**: área de deficiência visual. Brasília: MEC, 1995. (Serie Diretrizes; 8).

BRIDI FILHO, César A. **Deficiência, handicap e alguns demônios da inclusão**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/resvista/artigos_cad.htm>. Acesso em: 5 jan. 2004

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris, França. **Anais...** Brasília: UNESCO, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/educacao/declaracao_salamanca.htm>. Acesso em: 2 dez. 2003.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/br/inicio.asp>> Acesso em: 10 ago. 2004.

MAZZONI, Alberto A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

PUPO, Deise; VINCENTINI, Regina A B. A integração do usuário portadores de deficiências às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: UFCE: UNFOR, 1998. Disponível em: <www.netscape/anais/trabalho/sessão/aunivers.htm>. Acesso em: 23 jun. 1999.

SASSAKI, Romeu K. **Conceito de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/mypublish3/VisualizarPublicacao.asp?CodigoDaPublicacao=145&visualizar=1&CodigoDoTemplate=1>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

WEB CONTENT ACCESSIBILITY GUIDELINES 1.0 - WC3. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/WAI-WEBCONTENT>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

PRACTICE COMUNICACIONAL ACCESSIBILITY: COOPERATION BETWEEN UNIVERSITY LIBRARY AND ACCESSIBILITY PROMOTION PROGRAM

Abstract: The current project's focus was to point out the actions that were taken as a result of the information services that were offered by a university library of a Graduate Institution, to sight-impaired clients; its partnership with the program in charge of the accessibility, and its positive influence in the management and development of the learning process for both sight impaired students and those with below average eye sight. Bibliographic research, pillar to the formation of the theoretical reference and sustaining grounds to the studied phenomenon, was used in contextualization. The main thematic dealt with are: the conceptualization of visual deficiency; the understanding of inclusion and accessibility; the structure of university libraries and finally, graduate studies. The present project environment is the University Library of the Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), metropolitan Florianopolis Campus and the Accessibility Promotion Program. The main result is a Library with the basic conditions needed in order to offer access to information to those associated with the pedagogic program, as well as the basic conditions for the needed academic humanization of the vision impaired and students with below average eye sight during their graduate studies

Keywords: University libraries; Accessibility – Visual deficiency; Accessibility - Blind and with subnormal vision user; University library-services; Learning - Visual deficiency.

Salete Cecília de Souza

Mestre em Engenharia da Produção. Bibliotecária e docente na modalidade de Ensino a distância (EAD) da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) – Campus da Grande Florianópolis. Santa Catarina - Brasil

E-mail: salete.souza@unisul.br

Vanessa de Andrade Manoel

Graduanda do Curso de Psicologia. Funcionária do Núcleo de Acessibilidade da Unisul Virtual – Universidade do Sul de Santa Catarina. Santa Catarina – Brasil

E-mail: vanessa.andrade@unisul.br

Artigo:

Recebido em: 28/08/2007

Aceito em: 15/10/2007

Apresentado em: 21/11/2007